

## Seara igual, espigas várias

**E**STABELECI o primeiro contacto com o grupo da «Seara» em princípios de 1946 (1). Nessa altura a Redacção da revista estava situada na Rua da Rosa, assim como a tipografia própria em que era impressa. Mas as reuniões realizavam-se na Rua Bernardo Lima, em casa de Câmara Reys, que se encontrava convalescente de uma grave doença.

A «Seara» dessa época não era já então a mesma de 1921.

### 1. DOIS DISCURSOS IDEOLÓGICOS

Ao surgir a público, o grupo seareiro apresentara-se como uma voz protestária contra certos excessos de incompetência (chamemos-lhe assim) e de demagogia da República e dos seus partidos. Mas tratava-se de um protesto *dentro* do sistema, como uma leitura mesmo pouco atenta da colecção da revista demonstrará com suficiente clareza. O apoio de elementos que iria constituir o grupo à entrada de Portugal na primeira guerra mundial imperialista (2) e a participação em um governo da República de alguns dos principais seareiros (3) são outras provas do mesmo facto. (Os ministros seareiros repetiram, trinta anos depois, o acto reformista de Oliveira Martins — ministro.)

O primeiro período da vida da «Seara» (ou a *primeira* «Seara Nova»), que se prolongou até depois de 1926, foi caracterizado, nas páginas da revista, pelo republicanismo anti-integralista de Raul Proença e pelo cartesianismo idealista de António Sérgio, corporizando ambos o falso primado antimaterialista da «reforma da mentalidade» como o «abre-te, sêzamo» da solução de todos os males da sociedade portuguesa. Este período foi, pois, o do discurso ideológico por excelência, ora contra a ideologia das camadas mais reacçãoárias da burguesia ora contra a própria ideologia das camadas da pequena e da média burguesias politicamente dominantes (4).

Depois de Outubro de 1945, torna-se clara a existência de um segundo período na vida da «Seara», a existência de uma *segunda* «Seara Nova». Foi, na revista, a fase do discurso laudatório e reclamante da liberdade; e, na acção dos seareiros, a fase da unidade antifascista como fim de si mesma (5).

O novo discurso foi no fundamental equivalente ao anterior mas alimentou-se de uma certa prática do grupo, caracterizada pela sua participação autónoma em agrupamentos democráticos (6).

A partir de 1946 tomei parte em numerosas reuniões em casa de Câmara Reys com jornalistas e intelectuais estrangeiros de visita ao nosso País. Sérgio estava afastado do grupo e Cortezão encontrava-se no Brasil. Mas juntavam-se por vezes em tais reuniões cerca de trinta pessoas, entre as quais vários antigos ministros da República, que relatavam aos visitantes as desgraças próprias e do nosso povo, com a ilusão de que eles saberiam minorá-las. Simone de Beauvoir, certamente bem informada em fontes directas, caracterizou em «Os Mandarins», com ironia justa salvo o único exagero de colarinhos de goma a mais, esta espécie de reuniões em que se dava livre curso à prática ainda hoje viçosa do *queixume* «internacionalista». De todos os participantes habituais em tais sessões (refiro-me a 1946 e a 1947), um tornava bem evidente a sua superioridade sobre todos os outros: Bento de Jesus Caraça, que vivia os últimos meses da sua curta vida.

Esta fase da vida da «Seara» — a do antifascismo como sinónimo da «reconquista» da «liberdade» — prolongou-se até à renovação de fins de 1958, reflectindo fielmente a vida política democrática daquela época.

## 2. UMA SEARA CEIFADA

Mas o que era a «Seara Nova» nas vésperas da renovação?

Depois de um período de afastamento que durou vários anos, voltei ao convívio seareiro em 1955. Em fins desse ano, e pela mão de Câmara Reys, ingressei oficialmente no conselho de redacção da revista (<sup>7</sup>). Pude assim acompanhar (por dentro) a vida da revista e observar (de fora) a do grupo dos velhos seareiros.

«Seara»-revista e «Seara»-empresa editora eram uma e a mesma coisa, pois desde há muito fora abandonada toda a actividade editorial além da da revista, excepção feita da reedição de alguns textos escolares de venda assegurada, nomeadamente os seleccionados e anotados por Rodrigues Lapa.

A revista não tinha periodicidade. Cada edição era publicada após se ter conseguido reunir o material necessário. Este era composto dos artigos que por uma ou outra forma chegavam à Redacção, sem qualquer planeamento nem obedecendo a critério nenhum. Era frequente uma edição corresponder a três ou a quatro números e repetiam-se aquelas dedicadas a vultos da República recém-falecidos (ou cujo aniversário de falecimento ocorria então), o que não deixava de estar de acordo com certa vocação necrófila das hostes oposicionistas. Os problemas vivos tinham cada vez menos lugar na revista.

As reuniões do conselho de redacção eram irregulares e muito espaçadas e a maior parte das pessoas que a elas assistiam não escreviam habitualmente uma única linha para a revista. O secretário da Redacção era Carlos Estorninho, sendo os elementos mais activos, além dele, David Ferreira e João Pedro de Andrade.

A censura fazia, evidentemente, os seus estragos. Mas a autocensura era pelo menos igualmente catastrófica. A título de exemplo, lembro-me de ter proposto um dia a criação de uma secção internacional

com o nome de... «De Leste a Oeste», que aí está ainda hoje, gozando de boa saúde. Pois a reacção foi esta: «De Leste a Oeste?! Mas você está doido! Como poderia a censura deixar passar semelhante título?!» (<sup>8</sup>)

Quanto ao número de assinantes, procedi ao estudo, pouco antes da renovação de 1958, de todos os elementos existentes susceptíveis de levarem a conclusões certas. Sem, neste momento, dados concretos à mão, recordo-me de que a tiragem de cada edição era de mil e poucos exemplares, dos quais quase nenhuma sobras ficavam na Administração. Como não se efectuavam vendas avulsas, seria de presumir que o número de exemplares distribuídos correspondesse a um número igual de assinantes reais. Mas isso não acontecia, pois muitos haviam morrido continuando a família a receber a revista... sem todavia a pagar, por falta de interesse. As devoluções eram também numerosas, pelo que, em conclusão, me lembro de ter verificado a existência de setecentos e poucos verdadeiros assinantes. (Coisa curiosa teria sido poder apurar a idade média desses assinantes, que eu quase apostaria exceder os 50 anos...)

É evidente que, nestas circunstâncias, a vida financeira da revista tinha de ser grandemente deifictária.

Só a Câmara Reys a «Seara» devia a sua sobrevivência (<sup>9</sup>). Mas como acontecia em épocas medievais com o erário régio e o da nação, assim sucedia então com as *finanças* da «Seara» e as de Câmara Reys: a confusão entre elas era absoluta.

A revista passara a ser, deste modo, algo de fantasmagórico, com as suas fotografias de mortos na capa.

Quanto ao grupo da «Seara», ele havia deixado de aparecer, desde anos atrás, como um corpo político autónomo. Mas muitos dos seareiros importantes eram ao mesmo tempo chefes de fila destacados de certo sector democrático. Este sector, um tanto heterogénio e a que poderíamos chamar *liberal-social-democrático*, englobava os principais elementos que vieram ulteriormente a animar o «Directório Democrato-Social» (<sup>10</sup>).

## 3. O FIM DOS MANDARINS

Entretanto, nos últimos meses de 1956 iniciou-se uma grande actividade nas esferas democráticas portuguesas. O M. N. D. foi dissolvido, em parte como reconhecimento da sua real inexistência mas em outra parte como condição propiciatória da unidade com os diversos sectores da burguesia. Os liberais e os sociais-democratas atravessaram um período de agitação. Os chamados «católicos progressistas» fizeram o seu aparecimento oficial no tablado (<sup>11</sup>). António Sérgio começou a *desenferrujar* a sua «Comissão Promotora do Voto». O «Cinco de Outubro», comemorado com maior fragor do que em anos anteriores, serviu para chamar a atenção para as eleições legislativas que teriam lugar no Outono do ano seguinte.

A perspectiva geral era dada, exactamente, pela proximidade dessas eleições e da eleição presidencial que, por coincidência, ocorreria poucos meses após.

A ideia de que os grandes problemas «nacio-

nais» (?) encontrariam um dia a sua solução em termos de transacção mais ou menos pacífica era geral, na prática e nas intenções declaradas. Todavia, desacordos e conflitos não deixaram de levantar-se então. No fundo, uns pretendiam operar através de um diálogo com o poder de que eles, e só eles, seriam um dos interlocutores, enquanto outros estavam convencidos de que o grande interlocutor democrático teriam de ser largas camadas da população portuguesa.

Este conflito espraiou-se à «Seara». Câmara Reys fora ostensivamente excluído das «actividades» do grupo seareiro dominante, do qual a primeira figura era Azevedo Gomes. As «actividades» a que me refiro eram, *evidentemente*, as cartas-abertas, representações e petições a que todos estávamos habituados desde 1945. Lembro-me de que as primeiras peças literárias desta fase foram assinadas por 50 *homens-bons* da praça democrática, número este pouco depois aumentado para 101. Câmara Reys reagiu e trouxe ao convívio (irregular) da revista alguns antigos colaboradores que se haviam afastado, entre os quais Augusto Casimiro. O grupo de Azevedo Gomes chamou a si Jaime Cortezão, regressado havia pouco do Brasil e que habitava então no Estoril, o que o fazia declarar-se impossibilitado de comparecer a todas as reuniões, mesmo pouco frequentes como eram.

A partir de princípios de 1957, constituiu-se um novo grupo seareiro, formado pelos colaboradores mais jovens e mais recentes da revista, por Câmara Reys e por vários elementos... estranhos à «Seara». Diversas reuniões amplas foram realizadas na sede da Rua Luciano Cordeiro, primeiramente em torno das eleições legislativas de Novembro de 1957 e logo a seguir para a escolha do candidato presidencial (12).

O grupo dos velhos seareiros exigiu que tais reuniões não tivessem lugar no local da Redacção. Mas o problema da administração da empresa «Seara Nova» tornou-se o grande cavalo da batalha travada contra Câmara Reys, no qual era visado o novo grupo. Assim, em meados de 1958, salvo erro, foi-lhe apresentado um *ultimatum* por escrito: ele deveria abandonar a administração da empresa sob pena de certas sanções. Câmara Reys, com o meu acordo, recusou. O grupo de Azevedo Gomes saiu então em bloco da revista. «Dá-me lume, senão... não fumo», dir-se-ia ter sido sempre o lema de tal grupo.

Dos seareiros daquele tempo permaneceram poucos, além do grupo de 1955-56 (vid. nota 7): Pedro da Silveira, Humberto d'Ávila e não sei se mais algum politicamente não alinhado. Augusto Casimiro, que se tinha mudado para o Monte da Caparica, deixou de comparecer às reuniões. Todavia, foi numa reunião que contou apenas com a presença dele, de Câmara Reys e de Sant'Anna Dionísio (pai) que eu fui *empossado* como director-adjunto da revista... (13).

Com um *cheque em branco* de Câmara Reys tratei então de constituir a Redacção da *nova* revista.

Morrera a «Seara Nova» que correspondera às representações e cartas-abertas do presidente da República e aos cenáculos políticos reunidos em escritórios de advogados.

Iamos tentar semear uma outra seara.

#### 4. A RENOVAÇÃO

Passaram imediatamente a fazer parte da nova Redacção dois ex-candidatos a... candidatos por Lisboa na ocasião das eleições legislativas de 1957 (14): Rui Cabeçadas e Nikias Skapinakis. Vieram logo a seguir Prazeres Ferreira, Carlos Duarte (que foi o responsável pela remodelação gráfica inicial da revista), Vasco Martins, Augusto Abelaira, Lopes Cardoso, Eurico da Costa, Santos Dóres, talvez outros de que não me recordo neste momento (15).

Os últimos meses de 1958 foram aproveitados para planear a nova «Seara». Previmos que o número da renovação sairia em Janeiro de 1959. Organizámos os dois ou três primeiros números, dos quais o primeiro por uma forma pormenorizada. Discutimos vários projectos de remodelação gráfica. As reuniões tinham lugar várias vezes por semana, até às tantas da madrugada, com a presença de Câmara Reys (16).

E o primeiro número da revoncação saiu, efectivamente, no curso do mês de Janeiro de 1959.

No editorial que escrevi e foi submetido à discussão e aprovação do novo conselho de redacção, lia-se:

«... propomo-nos *regressar* à inteireza da campanha *seareira* e *progredir* nela. *Regressar*, por nos opormos a tudo que oblitere a nossa preocupação fundamental da formação doutrinária de uma *avant-garde* democrática capaz de proceder à obra primordialmente pedagógica de orientação de um certo sector da opinião pública, preocupação primeira dos primeiros seareiros. *Progredir*, por nos propormos desenvolver um amplo inquérito aos problemas actuais da gente portuguesa e proceder ao estudo e à articulação das soluções democráticas e socialistas ajustadas àqueles problemas.»

Ninguém fora melhor defensor deste ponto de vista do que António Sérgio. Colocávamo-nos, assim, apesar das posições doutrinárias *teóricamente* diferentes de muitos de nós, na tradição sergiana da «reforma da mentalidade» como motor inicial da transformação da sociedade portuguesa. Arrogávamo-nos um papel de educador, ignorando (uns) ou esquecendo (outros) que o *educador precisa ser educado*. Dávamos um salto para diante na história da «Seara Nova», ao compreendermos ser necessário proceder a uma actualização temática dos problemas fulcrais de Portugal e ao tentar resolver tal problemática segundo uma perspectiva que considerávamos socialista. Mas, ao fazê-lo, mostrávamo-nos integrados na *perspectiva populista da social-democracia*, já que, no fundo, não tínhamos diante dos olhos nenhuma estratégia realmente consentânea com a prossecução dos objectivos que pretendíamos alcançar.

A prática em que se traduzia, pelo menos quanto a muitos de nós, esta perspectiva *populista* mostra que a nossa preocupação pedagógica não era exclusiva. Mas o mal principal estava em que ela nos afastava necessariamente dos pressupostos e do método de análise do socialismo científico, que alguns de nós dizíamos professor.

Em conclusão, a «Seara» do ano de 1959, primeiro ano da renovação e único em que nesta participei foi um símbolo de uma certa crise da consciência pequeno-burguesa. Em que medida o período

da renovação se aproximou e se distanciou das duas fases anteriores (a de 1921 até ao fim do «apostolado» de Proença-Sérgio ou fase do discurso pedagógico, cartesiano e reformador; e a do antifascismo na sua versão liberal-social-democrata que vai dessa época até 1958), é matéria para um estudo sem dúvida interessante e que importa por isso realizar.

## 5. NOVAS LIMITAÇÕES IDEOLÓGICAS

Uma análise, mesmo superficial, do primeiro número da renovação dar-nos-á, porém, para lá do editorial, uma ideia clara das preocupações, da óptica classista e até da *semântica* política da nova *equipa*.

Assim, a primeira página era dividida entre o sumário, o início do artigo de fundo (que nós havíamos decidido ter de incidir sobre um tema económico) e uma fotografia de Fidel Castro, o Fidel da entrada na Havana, que dissera em Caracas: «Todos os governos *democráticos* latino-americanos [quais?!] formam um bloco.»

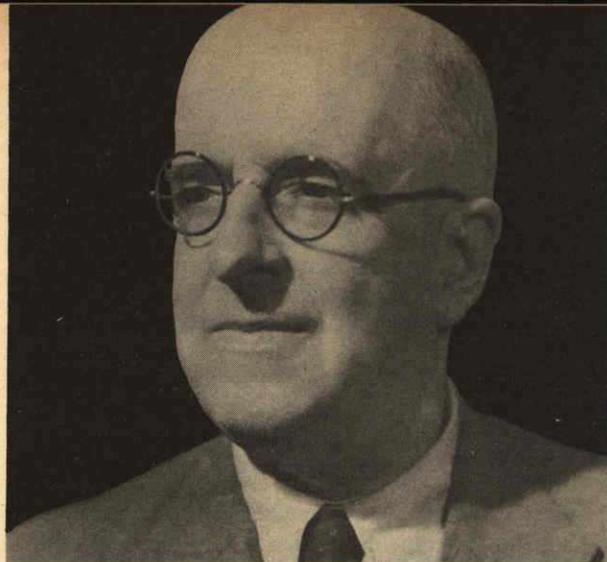
O artigo de fundo, da autoria de Manuel de Santo Loureiro, versava o tema do desenvolvimento económico (desigual) no modo de produção capitalista. O tema era relativamente recente entre nós e levava o autor a considerar o trabalho como «factor produtivo complementar» (sic). O artigo, que continha três únicas citações, uma das quais de Schumpeter, terminava com estas palavras *angélicas*: «De facto, é necessário que os dirigentes queiram firmemente sacrificar ao desenvolvimento económico nacional os privilégios infundados, sejam estes económicos, políticos ou sociais.»

Um artigo de João Sá da Costa tratava do 2.º Plano de Fomento na parte a aplicar aos «territórios ultramarinos» (17).

Outro artigo, da minha autoria, ocupava-se do trabalhismo britânico. Embora entendendo que este não deveria ser considerado como socialista, o texto caía na mistificação ideológica de considerar as diversas ideologias desligadas da realidade social.

São ainda de mencionar dois artigos: um de Dias Agudo sobre problemas de educação à luz do pensamento de Kant e do pragmatista norte-americano William James, em oposição a Rousseau; outro de Joel Serrão sobre a obra de Sampaio Bruno.

Completavam o primeiro número da renovação: um texto literário de Pedro da Silveira; outro sobre a arquitectura da Exposição de Bruxelas; uma entrevista com Hervé Bazin sobre problemas da saúde; crítica literária de dois romances e uma nota sobre uma obra respeitante à nossa lírica primitiva; críticas musical, teatral, plástica e cinematográfica. A secção de «factos e documentos» inseria três notas sobre Cuba (sempre, é claro, a Cuba ideologicamente confusa do dia seguinte ao da conquista do poder); uma sobre a reforma escolar na U. R. S. S.; duas, de crítica, sobre os Estados Unidos da América; e três sobre Portugal (uma citação de um discurso de Salazar, um *fait divers* eclesiástico e uma nota comparativa dos montantes obtidos pela campanha dos pobres do jornal «República» e por aquela que fora promovida para a compra de um bastão de marechal para Craveiro Lopes) (18).



Só a Câmara Reis a Seara devia a sua sobrevivência

Cada artigo tinha sido longamente discutido em reunião, pelo que era, em certa medida, da responsabilidade colectiva da nova *equipa* redactorial.

O conjunto dos textos publicados e as breves notas que antecedem permitem talvez ao leitor tirar algumas conclusões sobre as graves limitações ideológicas do grupo responsável pela renovação da «Seara».

## 6. UMA QUARTA «SEARA»

Talvez nada mais deva ser dito, se quiser cingir-me ao convite que me foi feito para apresentar um depoimento sobre a minha participação na vida da «Seara Nova». Este texto não pretende ser, porém, simplesmente descritivo e menos ainda *passadista*, mas sim crítico (e autocrítico). Ele parece exigir, assim, breves linhas que o completem, tentando superar as críticas (e a autocrítica) feitas.

Este propósito é um pouco arriscado (a vários títulos), pois os ausentes são, no fundo, uma espécie de fantasmas entre os vivos e os mortos, com todas as desvantagens destes (salvo a de estarem sob a terra) e sem algumas das suas vantagens (como a de gozarem geralmente, entre gente necrófila como a portuguesa, da apreciação benevolente dos sobreviventes).

Nesta hora, porém, em que as três «*Searas Novas*» justapostas completam 50 anos de vida (19), penso que seria de uma grande utilidade pensar seriamente numa *quarta* «*Seara*».

O que quero dizer com isto?

Coisas simples, que arrumo nas respostas a duas perguntas que me parecem ser fundamentais:

*Primeira pergunta:* quem devem ser os leitores da «Seara»?

*Segunda pergunta:* por que forma(s) deve a «Seara» tentar dizer o que disser aos seus leitores?

*Resposta à primeira pergunta:*

Os leitores deverão ser aqueles para quem a leitura e o estudo da revista representem uma contribuição teórica necessária para uma prática de classe ou de grupo: operários, estudantes, socialistas científicos militantes.

A inclusão em cada número da «Seara» de um *tablóide* contendo um (ou dois) estudo(s) sobre problemas teóricos ou práticos, nacionais ou não, valendo por si só(s) como um (ou dois) *dossier(s)*,

apresentaria, creio, algum interesse. Declarações ou informações da revista sobre assuntos importantes poderiam ser impressas em folhas separadas e intercaladas na revista, susceptíveis de serem, assim, classificadas, à medida do seu aparecimento, por assuntos.

A passagem da «Seara Nova» a quinzenário me-receria, segundo julgo, ser atentamente estudada.

### Resposta à segunda pergunta:

Se a «Seara Nova» — uma quarta «Seara» — quiser ser um instrumento teórico válido, ela não poderá apresentar-se ou permitir que a julguem destituída de um pensamento filosófico, económico e político bem definido. Mas o perfil claramente marcado da revista não afasta, antes pelo contrário, a necessidade sincera de um amplo debate de ideias e uma franca análise dos problemas. (Ainda no número 1509 do mês de Julho Sottomayor Cardia louvava nas suas palavras o «espírito crítico e dessacralizante como condição da procura da verdade» e combatia nas suas palavras o espírito «fideísta», seja o que for que o inspire.)

Claro que, como há pouco muito justamente se escreveu em «O Tempo e o Modo», há diálogos impossíveis. Mas, por mim, considero que o diálogo só não é realmente possível onde as posições de classe não são idênticas ou quando diferentes *semânticas* políticas tornam improvável a própria compreensão de um dialogante pelo outro, em ambos incluindo eu os leitores e não apenas os autores. Fora destes casos, o diálogo parece-me ser não só possível como necessário e mesmo imprescindível, sem que a tal possa válidamente obstar uma pretensão *política do real* ou o receio da crítica de uma prática social. E menos ainda será de respeitar qualquer forma de autocensura (que é a mais perniciosa de todas as censuras), exercida entre irmãos desavindos dentro (e a propósito) de opções comuns bem definidas.

*Que a seara seja uma só, mas que as espigas possam ser desiguais.*

Agosto de 1971

(1) José de Vargas Pecegueiro, José Jacinto Simões e eu, os três nessa altura entre os 19 e os 21 anos de idade, propoemos a criação de uma revista juvenil, a ser financiada pela «Seara». A proposta foi aceite, não tendo a revista chegado a ver a luz do dia por dificuldades de vária ordem.

(2) Alguns seareiros bateram-se na guerra como voluntários: A. Cortezão, A. Casimiro e outros.

(3) António Sérgio e Mário de Azevedo Gomes participaram, como ministros respectivamente da Instrução e da Agricultura, num governo constituído por Alvaro de Castro durante a presidência de Teixeira Gomes, amigo de longa data de muitos seareiros. Alvaro de Castro era o chefe, naquela ocasião, de um agrupamento independente chamado «Acção Republicana», em que se transformara (se é que não era o mesmo) a cisão «Reconstituente» do partido democrático e que chegara a estar integrado no Partido Nacionalista. A vida deste ministério não foi além de seis meses (18 de Dezembro de 1923 a 26 de Junho de 1924), tendo os dois ministros seareiros tomado posse onze dias depois da maioria dos seus colegas. Contou-me Câmara Reis que a pasta da Instrução fora inicialmente prevista para Jaime Cortezão e que apenas poucas horas antes do auto de posse ela veio a ser atribuída a A. Sérgio.

(4) A história da ideologia da burguesia portuguesa (se a ideologia tem história) durante o regime republicano está por fazer, encontrando-se em bruto os materiais que para tal poderão servir. A análise do pensamento seareiro do primeiro período não será certamente das menos importantes para este trabalho.

(5) Apenas a consulta da colecção da revista permitiria estabelecer uma fronteira definida entre os dois períodos. Mas talvez não seja arriscado dizer que tal fronteira se encontra mais perto de 1945 do que de 1926.

(6) Em 1946, a «Seara» esteve representada na C. C. do M. U. D. por dois redactores, um dos quais foi Fernando Lopes Graça, não me recordando neste momento do nome do segundo.

(7) Logo após, outros jovens foram admitidos como membros da Redacção: José Jacinto Simões, Fernando Ferreira da Costa e João Sá da Costa, por proposta minha; uns meses mais tarde, José Hipólito dos Santos e A. H. de Oliveira Marques, pela mão de Azevedo Gomes. Dos seis, Jacinto Simões, Ferreira da Costa e Oliveira Marques afastaram-se antes da renovação de 1958-59 e J. Sá da Costa pouco depois. Mas esta *fornada* de seis novos membros da Redacção foi a maior, segundo creio, que a «Seara» recebeu quase de uma só vez durante os 10 anos que antecederam a renovação.

(8) O efeito *vaso-constrictor* da auto-censura entre a gente portuguesa reveste-se neste momento de uma inegável actualidade.

(9) A cobertura dos défices constantes e os próprios fundos de maneo da revista eram assegurados pelos rendimentos de D. Emma da Câmara Reis, provenientes nomeadamente das suas propriedades em S. Tomé, produtoras de cacau.

(10) Apenas Cunha Leal, o futuro chefe do «Directório» após a cisão social-democrata, purgava ainda uma longa *quarentena*, a que fora votado desde muitos anos antes pelos seus futuros companheiros de feição menos conservadora.

(11) Embora fossem poucos e recusassem identificar-se em termos confessionais, estes «católicos progressistas» configuraram pela primeira vez a ideia de *grupo*, o que representou um *progresso* em relação a um passado de meras figuras solitárias, como o padre Alves Correia ou, depois, o padre Abel Varzim.

(12) Esta escolha, provinha dos *subterrâneos da liberdade*, veio criar um clima de desinteligências dentro da nova corrente recém-formada. A extrema infelicidade da adopção do nome de Cunha Leal juntou-se a miopia com que não se conseguiu ver que o «candidato» não estava realmente disposto a aceitar a candidatura... por ele próprio ter outro candidato. A candidatura de ocasião com que, na última hora, se pretendeu tapar o buraco estava destinada a ter o efeito negativo de deixar as correntes conservadoras organizarem os serviços da candidatura dita «independente» e de nela *se organizarem*. Por isso aconselhei Câmara Reis a recusar-se a desempenhar tal papel e pela mesma razão, embora só, me opus a outra candidatura democrática.

(13) Sant'Anna Dionísio votou contra a minha nomeação como director-adjunto, arguindo, com inteira justiça, que eu não tinha nenhuma obra que pudesse indagar-me para tal função.

(14) Dadas as dificuldades com que deparámos para a constituição da nossa lista (em grande parte criadas pela corrente abstencionista), esta só foi entregue no Governo Civil um dia depois de expirado o prazo em que deveria ter sido remetida às autoridades, segundo a contagem tradicional desta espécie de prazos. Intrepuz junto do Supremo Tribunal Administrativo um recurso da decisão que recusara a lista, mas tal recurso não obteve provimento, apesar de eu ter chamado em meu socorro um parecer do actual primeiro ministro publicado na revista «O Direito»...

(15) Mário Ruivo, Rogério Fernandes, Henrique Ruivo e Alberto Ferreira chegaram em 1960, já eu então me não encontrava em Portugal. Ulpiano do Nascimento ingressou no conselho de redacção na mesma altura, cumprindo o que me prometera no ano anterior, quando hospedado em Casias.

(16) Sem Câmara Reis não teria sido possível a transição *pacífica* para uma nova «Seara Nova». Câmara Reis era, pela sua formação política, um liberal anarquista. Durante muitos e longos anos o seu melhor e mais íntimo amigo foi Emílio Costa (que eu conheci com os meus 15 ou 16 anos), boníssimo e ingénuo propagandista do anarquismo no tempo da República, e essa amizade fraterna marcou-o profundamente. Câmara Reis foi um dos maiores entusiastas da Universidade Popular e a sua grande simplicidade e abertura de espírito levaram-no sempre a uma atitude de sincera confiança nas ideias progressistas e na juventude. Nos últimos anos da sua vida convivi intimamente com ele e pude dar-me conta do grande esforço de compreensão que lhe despertavam certas ideias que ele não podia aceitar nem, na realidade, *compreender*. Lembro-me bem, por exemplo, de por mais de uma vez ele recordar as *conversões* de Anatole France e de Romain Rolland, já no fim da vida, para com elas justificar o seu «respeito» (como dizia) pelo socialismo científico.

(17) Entretanto, à data da publicação do primeiro número da renovação, o vento da descolonização começara já soprando sobre a África.

(18) As 36 páginas do primeiro número da renovação repartiam-se como segue:

- a) teoria política — 2 págs. e 13-15;
- b) economia política — 2 págs. e 1-6;
- c) política nacional — 2 págs. e 2-5;
- d) colonialismo — 1 pág. e 3-4;
- e) política internacional — 1 pág. e 3-5;
- f) pedagogia — 1 pág. e 3-4;
- g) saúde pública — 11-12 de págs.;
- h) arquitectura — 1 pág. e 1-3;
- i) artes e letras — 11 págs.;
- j) título, sumário, fotografias, gravuras, registo bibliográfico, etc. — 4 págs. e 2-9;
- l) anúncios — 6 págs. e 2-9.

Num total de menos de 26 páginas de textos, as artes e letras ocupam assim, 42,6% do espaço útil; os problemas políticos 41,7% e os problemas sociais (ou *políticos menores*) 15,5%.

(19) Acho muito discutível a ideia de *antiversariar* acontecimentos. Tal ideia apenas me parece de incontestável utilidade se suscitarmos análises, com espírito criador, das estruturas sociais e/ou dos processos históricos em que esses acontecimentos se inserem. O número de anos gregorianos decorridos sobre o acontecimento é então um simples pretexto ou *lambrete*.

No caso da «Seara Nova», não penso sequer ser justo afirmar que ela completa 50 anos de existência, pois avancei a proposição de que até hoje houve, na realidade, *três* «Searas». Mais: julgo francamente incorrecta a perspectiva do *cinquentenário*, pelo espírito de continuismo que representa em relação ao falso primado da «reforma da mentalidade» de 1921 e à cruzada ulterior da (exclusiva) «conquista da liberdade». Pelo contrário, creio que se impõe tomar consciência da necessidade de estabelecer um *corte* com as fases anteriores à renovação de 1959 e mesmo, numa certa medida, com a fase da renovação.